Oligarquias e Instituições Políticas Brasileiras

Oligarchies and Brazilian political institutions

Las oligarquias y instituciones políticas brasileñas

O artigo discute, a partir de declarações do ex-deputado Roberto Jefferson a respeito do episódio do mensalão, as relações históricas entre as oligarquias e as instituições políticas brasileiras.

Based on declarations made by the former representative Roberto Jefferson, this article discusses the political affair known as the mensalão (monthly bribes), the historical relations between the oligarchies and the Brazilian political institutions.

El artículo discute, a partir de las declaraciones del ex diputado Roberto Jefferson sobre el "mensalão", las relaciones históricas entre las oligarquias y las instituciones políticas brasileñas.

Palavras chaves: oligarquias, instituições, federalismo e presidente

Autores:

Prof. Dr. Valter Duarte Ferreira Filho

Professor de Ciência Política da UERJ e da UFRJ, Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ e Doutor em Economia pelo IE da UFRJ.

Profª. Me. Ezilda Duarte Ferreira

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UERJ e Mestre em Sociologia pela UFRJ. Professora Adjunta da Universidade Estácio de Sá e Coordenadora do Curso de Administração do Campus Rebouças

A declaração dada pelo ex-deputado Roberto Jefferson em um programa de televisão de que já seria tempo de o Brasil abandonar o presidencialismo e adotar o parlamentarismo não teria maior importância nem sugeriria reflexão se não estivesse, por ele mesmo, ligada ao episódio do chamado *mensalão*. Isto porque aponta para um problema e para uma proposta de solução que dizem respeito ao objeto daquela crise: a distribuição de poderes, de comando civil no país, sem dúvida, tendo como ponto de referência as relações entre Poder Executivo e Poder Legislativo, porém, com bases para além dessas instituições, certamente acima delas próprias, uma vez que bem anteriores e permanentes na sociedade brasileira, apesar de todas as transformações pelas quais elas e o país passaram. Em rigor, problema e proposta que não escondem o desejo do ex-deputado, e não só dele, de que seja estabelecida e consolidada uma confederação de oligarquias por meio do parlamentarismo de modo a evitar figuras centralizadoras, como outrora foi o Imperador e hoje vem a ser o presidente da República, e a deixar ao livre acordo entre elas a distribuição de poderes, a distribuição de comando civil no país.

Nisso tudo, há, provavelmente, uma ironia. Se formos traçar um roteiro para uma história das oligarquias brasileiras, não em separado, tratando-as caso a caso num amplo processo de circulação, mas dizendo respeito àquelas que, em relação ao país como um todo, teriam sido as suas formas coletivas de agir, apesar do

particularismo que sempre as caracterizou, devemos considerar a hipótese de que essas formas teriam surgido, tanto no Império quanto na República, da própria centralização política que hoje combatem. No entanto, de acordo com o que entendemos das palavras do ex-deputado, sejam braços, permissões ou concessões de um comando central, as oligarquias brasileiras parecem estar próximas de concluir que não precisam de um governo centralizador acima delas. Afinal, teriam aprendido a se unir e a se organizar por elas próprias e, por mais que devam ao velho coordenador de suas demandas políticas e ainda tenham entre si divergências que ele quase sempre logrou contornar, não haveria mais razão de conservá-lo atuante. Para ele, Imperador ou presidente, as cerimônias, nada mais. Vale, no entanto, por em dúvida e refletir a respeito.

Em que pese a existência de associações, federações ou de qualquer outra forma comunitária em que se reúnam, é na conjuração dos partidos políticos nas instituições legislativas que as oligarquias brasileiras encontram hoje a sua forma suprema de organização. Foi a prática para a qual convergiram histórias muito diferentes umas das outras, e na qual bases da sociedade brasileira que, em tese, seriam inconciliáveis ou até excludentes entre si, como latifúndio e indústria, por exemplo, encontraram, por meio de seus representantes, convivência e harmonia. É nessa prática que a palavra *democracia*, que jamais teve realizado o seu significado etimológico, confirma o seu significado histórico: governo de chefes, de comandantes, jamais governo de comandados.

Deve-se isso ao fato de entre as oligarquias brasileiras raramente ter aparecido alguma com a pretensão de estabelecer domínio em todo o país. No máximo, quando tiveram alguns de seus representantes na Presidência, procuraram tirar proveito da posição alcançada para terem alguns privilégios ou distribuírem concessões ou benefícios para os mais próximos, sem que para isso tirassem alguma coisa dos outros. Conhecem os seus limites e respeitam umas os limites das outras. Não tendem a usar a Presidência para invadi-los ou desrespeitá-los. Somente quando há disputas entre oligarquias de uma mesma região é que podem tomar partido e apenas para ter retribuição em nível nacional, como no caso de uma eleição, sempre evitando intervir na região dos rivais para prejudicar o outro que por acaso não o apoiará.

Porém, esclarecemos que não estamos nos referindo ape-

nas às oligarquias rurais como se fossem as únicas a existirem, o que, quase por tradição ou por terem sido as primeiras na história, se corre o perigo de fazer. Consideramos oligarquias todos os pequenos grupos de comandantes que existam nas mais diversas atividades e que tenham a tendência de se reunir e constituir representação nas instituições políticas. Não seriam, portanto, apenas de grandes proprietários de terra, mas também de industriais, de banqueiros e, hoje, de toda sorte de empreendedores capazes de terem transformado simples organizações sem fins lucrativos em empresas, como vem a ser o caso de certas igrejas evangélicas. Assim, a referência eventual aos seus caracteres regionais tem em vista não exatamente os grandes proprietários de terra e sim a distribuição política territorial própria do federalismo, sistema em que surgiu o presidencialismo e para o qual se tem proposto, a fim de experiência provavelmente única na história, o parlamentarismo. Por isso, vamos lembrar como apareceu entre nós o sistema atualmente em vigência e suas relações com essas oligarquias.

Quando, na Constituição de 1891, adotou-se aqui o federalismo, a história e as condições do então Estados Unidos do Brasil eram bem diferentes da história e das condições dos Estados Unidos da América do Norte, onde esse sistema derivado do liberalismo inglês tivera a sua origem. Por isso, em princípio, considerando-se a idéia de Montesquieu, autor que tanto influenciara os norte-americanos, de que *as leis devem ser tão próprias ao povo para o qual elas são feitas, que é um grande acaso que as de uma nação possam convir a uma outra*¹, aquele modelo não seria apropriado à realidade brasileira, embora tenha aqui começado naquela que foi, até hoje, a mais duradoura de nossas constituições republicanas.

De fato, na comparação entre os dois países, foram ambos diferentes na colonização de seus territórios, embora seus colonizadores tivessem tido o mesmo problema: o de ocupá-los. O território brasileiro era bem maior do que o território das 13 colônias inglesas. Mas estas, por ocasião de sua independência, já estavam ocupadas e controladas por oligarquias de proprietários privados, cujas dificuldades de serem mantidas integradas foram contornadas inicialmente com a Constituição de 1787 e mais tarde com a vitória do Norte na Guerra de Secessão. Praticamente todo o processo de expansão dos Estados Unidos da América do Norte se deu com ocupações territoriais anteriores ao reconhecimento e à anexação à União, portanto, de modo completamente diferente do que ocorreu no Brasil, que, mesmo sem ter ocupado a maior parte do seu território original, ainda conseguiu aumentá-lo com um mínimo de ocupação, ou praticamente nenhuma, se formos considerar a fixação de populações e não somente os acordos diplomáticos e a presença de bases militares. Desse modo, se nos Estados Unidos da América do Norte as oligarquias conquistaram territórios e se juntaram às demais já estabelecidas na União; no Brasil, elas disputaram e ocuparam territórios já pertencentes ao Império ou, depois, à República, para os quais pouco contribuíram e dos quais pouco receberam para, a ferro e fogo, manterem as muitas arbitrárias ordens que mantiveram espalhadas e sem contato nas mais diversas regiões.

Além disso, a Independência do Brasil não se deu de modo que nos permita considerá-la nativista. São por demais conhecidas as suas raízes portuguesas, bem representadas pela sabedoria de D. João VI recomendando ao filho que tomasse em suas mãos o comando de um fato inevitável, nomeando-o Príncipe

Regente, e a firmeza com que D. Pedro I centralizou aquele processo, consolidando a sua posição e garantindo privilégios para os portugueses que aqui o apoiaram. Quando oligarquias nordestinas se revoltaram para criar a Confederação do Equador, tentando estabelecer uma ordem política que seria muito mais próxima da que fora construída na América do Norte, foram derrotadas por um Imperador que acabara de recusar sua assinatura a uma carta constitucional de inspiração liberal e assinara outra por ele mesmo encomendada, não deixando dúvidas sobre o que devia prevalecer. Afinal, naquela carta que aprovara, a ele fora delegado, privativamente, o Poder Moderador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, sem lhe deixar, de acordo com seus termos, sujeito a responsabilidade alguma. É certo que não faltaria meios de representação para as oligarquias sob a Constituição de 1824, mas desde que o comando central fora estabelecido sobre elas, não exerceriam mais do que seus comandos regionais. A possibilidade de virem a formar uma confederação, ainda que informalmente, como hoje formam, não estava à vista com aquele arranjo institucional.

Sob a Constituição de 1891, porém, teria sido encontrada uma fórmula para realizá-la. Sem dúvida, isso diz respeito à chamada *política dos governadores* a partir do governo de Campos Sales. Com efeito, foi uma política de distribuição e retribuição de poderes que caracterizou no Brasil a primeira forma daquilo que aqui chamamos de confederação de oligarquias e que pode ser resumida do seguinte modo: diversos clãs ou famílias, associando-se ou não umas às outras ou mantendo-se em rivalidades inconciliáveis, no puro uso da violência para garantir seus domínios territoriais, dificilmente apelando para o comando central do país, controlavam em suas regiões a vida e os votos de milhares de pessoas e, com isso, a eleição de representantes para o Congresso Nacional e a dos presidentes de seus Estados (governadores). Num jogo para garantia mútua de autonomia e segurança, davam ao presidente da República a base parlamentar e a união dos chefes de Executivos estaduais em torno da Presidência, ambas necessárias para a política externa e para a política monetária, em especial. Não tinham entre elas ligação direta, fosse por meio de um partido político ou de qualquer outro tipo de associação nacional. A ligação se dava por meio desse sistema de relações e tinha como principal meio de controle a Comissão de Verificação de Poderes, instituída para aceitar ou vetar os deputados eleitos em seus Estados, a despeito da votação que tivessem recebido.

Não era um sistema homogêneo, uma vez que variavam a força e a importância dos Estados e de suas oligarquias. Mesmo assim, o fato de nele terem sobressaído São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e o de se ter tido um maior domínio do Partido Republicano Paulista num quadro geral quase que de somente partidos estaduais, uma vez que os raros e inexpressivos partidos nacionais então criados existiram por pouco tempo, não enfraqueceram em nada as suas bases, as suas razões de ser. Do mesmo modo, as muitas crises pelas quais passou aquele sistema, e mesmo o seu fim com a Revolução de 1930, não as enfraqueceram e muito menos as eliminaram. Elas persistiram e começaram a se diversificar conforme o crescimento industrial do país. Não se limitaram, portanto, a serem oligarquias oriundas apenas da grande propriedade territorial rural, mas oligarquias também de industriais, de banqueiros e, com o tempo, de políticos profissionais e de representantes velados do capital estrangeiro.

Desse modo, não foram poucas as dificuldades dos revolucionários de 1930 para instalarem e consolidarem um governo

¹ Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, Paris, Ernest Flammarion Éditeur, 1933, pg. 12.

cujo principal objetivo era a centralização em torno de seu comando. O caso de São Paulo, não só pela tentativa contrarrevolucionária de 1932, embora principalmente por ela, foi o mais dramático exemplo do quanto as divergências no interior daquele Estado não tinham em vista o destino do país como um todo mas apenas a definição de seu comando interno. Em 1926, de uma dissidência do Partido Republicano Paulista fora criado o Partido Democrático. Sem condições de superar sua matriz, apoiou o movimento militar da Aliança Liberal. E, antes mesmo da chegada de Getúlio ao Rio de Janeiro, instalou um governo em São Paulo. Seus membros agiram como se aquela revolução fosse apenas para provocar e garantir mudanças nos comandos estaduais preservando a autonomia de cada um. Mas a nomeação de um interventor acabando com o chamado *Governo dos Quarenta Dias* mostrou para aquela oligarquia, do mesmo modo que fazia com todo o país, a intenção do então Governo Provisório de promover uma nova ordem, na qual a distribuição de poderes passaria pela subordinação dos Estados anteriormente autônomos e, em consequência, de suas oligarquias ao poder central.

O fato é que somente em 1937, com o Estado Novo, aquela nova ordem chegou ao seu extremo e mostrou suas peculiaridades. Ela própria já havia apoiado o aparecimento de oligarquias de industriais e continuaria a favorecê-las, embora fossem estas, via de regra, defensoras de ordem política totalmente divergente daquela. Em relação às oligarquias rurais, nada foi feito que alterasse a estrutura agrária do país e, assim, intervisse de alguma forma para alterar a distribuição de comando já existente no campo, mesmo não se dependendo mais de votos de cabresto num período em que foram extintos os partidos e que transcorreu sem eleições e sem Congresso. Naquele quadro e sem história prévia de aliança direta entre elas em nível nacional, uma vez que se uniam por meio do poder central, as oligarquias brasileiras tiveram talvez o seu maior período de isolamento político na República. O próprio Manifesto dos Mineiros, documento considerado marco da resistência àquele regime, embora fosse em termos moderados e cautelosos na sua intenção de protestar contra a não convocação e a não participação daqueles banqueiros na reforma monetária de 1943, representou muito bem aquele isolamento, a própria dificuldade de se fazer um simples manifesto com signatários de todo o país.

Mas com o fim do Estado Novo e a criação de novos partidos políticos, as oligarquias começaram a se organizar em nível nacional, sem dúvida, motivadas pelo combate ao comunismo e ao forte getulismo remanescente, que por sua vez tinha lá as suas próprias oligarquias. Passaram então por disputas eleitorais que não conseguiram ganhar na maioria das vezes, mas que lhes deu unidade em todo o país e que se consolidaria apesar de uma ou outra dissidência. Deram apoio civil ao golpe de 1964 e mantiveram unidade nas diversas fases da ditadura militar: ora apoiando a eleição de Castelo Branco, as cassações e a prorrogação de seu mandato; ora não opondo resistência a uma nova extinção de partidos políticos; em seguida, ingressando nas duas opções de participação política institucional, ARENA e MDB; mais adiante, tendo alguns de seus principais líderes como signatários do AI-5; legitimando, ao dar base parlamentar e eleger indiretamente, os presidentes militares e; finalmente, saindo da ditadura organizadas em novos partidos políticos nacionais.

Daf por diante negociaram entre si na farta distribuição de comando civil do país entregue pelos militares. Foram para vários partidos e, em 1986, como consequência da eleição indireta de Tancredo Neves no ano anterior, conseguiram, em boa parte, concentrar-se no partido que foi majoritário por ocasião

das eleições de governadores e de deputados para a Assembleia Constituinte, o PMDB. Apesar disso, espalharam-se em seguida por outros partidos para as eleições presidenciais de 1989 e elegeram para a Presidência um ex-governador de um pequeno Estado e pertencente a um partido político inexpressivo, simplesmente porque, além dele, Fernando Collor, não haviam encontrado quem pudesse derrotar o candidato do getulismo e o do novo partido de forte apelo às massas trabalhadoras, o PT. Mas o fato de o terem eleito não as impediu de derrubá-lo assim que se mostrou incompetente para entender e gerir a ordem política dominada pela confederação informal que o fizera presidente.

Essas oligarquias, se tiveram preocupação por ocasião daquela Assembleia Constituinte em não contrariar a tendência a que se legislasse visando garantias sociais especialmente para trabalhadores assalariados, não demoraram a demonstrar que não era bem aquilo o que preferiam. O fato é que o controle social para o qual contribuíram desde o Império há muito encontrara dificuldades devido à industrialização do país e às crescentes concentrações populacionais urbanas. A necessidade de se ter uma política voltada para massas, visando sobretudo resultados eleitorais, foi antes reconhecida e praticada pelo Estado Novo e pelos partidos que foram criados para promoção e defesa de políticas em favor dos trabalhadores assalariados. E isso, haja vista os seus insatisfatórios resultados nas eleições de 1945 a 1965, as obrigara desde aquele período, sempre que forçadas a competir por eleitorado popular, a adotar posições com as quais não tinham afinidade.

Por isso, assim que mudou a conjuntura internacional com o fim da União Soviética e os concorrentes chamados *de esquerda* sentiram o golpe e enfraqueceram, elas passaram a apoiar revisões constitucionais, reforma da previdência, campanhas abertas ou veladas pelo fim da CLT e privatizações de empresas estatais de base, desse modo, dando apoio parlamentar ao governo que tomou a iniciativa de fazê-las, o de Fernando Henrique Cardoso. Tudo, enfim, praticado em termos de relações entre Executivo e Legislativo de acordo com a distribuição de poder com raízes nos tempos do Império e que a ditadura militar contribuiu para fortalecer e consolidar. No entanto, com uma importante diferença: antes subcomandantes delegados por um comando central, as oligarquias, após a ditadura militar, passaram a comandar e a delegarem comando à Presidência.

Acrescente-se a isso o fato de que durante a ditadura militar, não propriamente devido aos seus governos, começara no Brasil uma reciclagem de valores em favor de valores individualistas. E, em rigor, esse progressivo individualismo no país favoreceu a unidade das oligarquias. Sua mais clara influência apareceu nos resultados eleitorais. Além de ter provocado progressiva diminuição da participação de massas nas campanhas, teve como significativo resultado histórico a redução dos partidos que chamáramos, com reservas, de populares a somente um expressivo, o PT. O de raízes getulistas, o PDT, muito dependente do seu líder, teve apenas duas grandes bases estaduais, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, que não se mantiveram, e foi reduzido a um nível muito baixo de representação.

Assim, num quadro em que Fernando Henrique foi por duas vezes eleito por maioria absoluta no primeiro turno sem jamais ter sido líder de massas e sem fazer nenhum comício significativo em qualquer das duas campanhas, as oligarquias, distribuídas por partidos políticos que individualmente não chegavam a ter mais de 20% de representantes no Congresso, organizaram-se em apoio ao seu governo e lhe deram condições de estabilidade política rara na história do país, sem dúvida, muito favorecida pela estabilidade

monetária que fora obtida a partir do Plano Real. Num tempo, então, de *maioria silenciosa*, as únicas possibilidades de reversão daquele quadro apontavam para o crescimento do PT e para a eleição para a Presidência de seu repetitivo candidato, o que, de início, não seria a mais provável das hipóteses.

Porém, procurando livrar-se ao máximo da vinculação de sua imagem e de sua candidatura a certos princípios intransigentes que haviam sido algumas das marcas de seu partido, Lula procurou fazer alianças com parte das oligarquias, e conseguiu. Com seu candidato à Vice-Presidência ratificou a abertura quase impossível nas eleições anteriores em que foi derrotado. Em rigor, foi José Alencar a garantia de sua entrada no amplo acordo de lideranças que comanda a sociedade brasileira, no qual foi aceito antes mesmo da eleição de 2002. O problema estaria em conseguir uma reprodução desse acordo entre os partidos políticos. Acordos e alianças possíveis para as eleições majoritárias para a Presidência eram, devido a seu partido, impossíveis para as eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados.

Acontece que o PT vem a ser caso único na história do Brasil em termos de caracteres e de distribuição e crescimento por todo o país. Embora com algumas variações, espalhou-se de maneira homogênea e se fez, na medida em que isso seja considerado até com certa cautela, um partido de massas. Pode até possuir em si, se aceitarmos a idéia de Robert Michels, uma oligarquia dirigente². Talvez até tenha mesmo. Só que não muda o caráter de sua atuação exterior nem compromete sua unidade. Pelo contrário, até a reforça. Não tende, por isso, a fragmentar-se como o PMDB, que sempre foi um partido de muitas oligarquias e que, no que restou, continua fragmentado. Mas isso não implica crise interna ou qualquer possibilidade de *implosão*, uma vez que foi criado para ser assim. O PT, se teve dissidências, elas nada tiveram a ver com oligarquias. Assim, ainda mais porque suas bases doutrinárias levaram-no a ser uma antítese dessa prática política, fez-se um partido com dificuldades de associar-se aos que fazem parte da confederação informal de oligarquias, que por meio dos partidos domina as instituições políticas brasileiras.

O resultado das eleições de 2002 trouxe, então, um problema a ser resolvido devido à desvinculação entre os votos dados nas eleições majoritárias e nas proporcionais. Lula foi o candidato mais votado no primeiro turno com cerca de 46% dos votos válidos enquanto seu partido e os outros menores que o apoiaram tiveram votação de cerca de 23% para a Câmara dos Deputados. Para agravar, no segundo turno, sua votação foi de cerca de 66% dos votos válidos. Desse modo, sua base parlamentar ficou muito abaixo das necessidades que tem um presidente de governar sem oposição do Legislativo. Seu governo precisaria que seu partido fizesse alianças na Câmara até conseguir somar a maioria dos deputados. Mas num quadro resultante de grande dispersão de votos pelos partidos, ainda mais considerando-se a grande diferença de caracteres entre o PT e os demais, não era tarefa das mais fáceis.

Para agravar, devido ao próprio estilo político de Lula, o PT foi deixado à vontade para resolver a questão. E sua oligarquia dirigente optou por meios nada ortodoxos. Ao invés de reconhecer que nesses casos, para compor base parlamentar, é preciso distribuir poderes executivos, isto é, ministérios, mas também empresas estatais pelos partidos que são chamados a fazer a composição, resolveu pagar individualmente o apoio. Foi o meio que seus dirigentes encontraram para deixar nas mãos do PT e de seus menores aliados cerca de 80% dessas fontes de emprego para colaboradores, militantes e toda sorte de gente que na vida

não tem mais do que vocação para ser aspone. Portanto, *mensalão* em troca do direito de dispor da máquina governamental e das empresas estatais numa porcentagem bem acima do que a sua bancada de deputados federais permitiria ao partido. Além disso, foi também o meio encontrado para não ter de negociar com as oligarquias. A crise foi inevitável.

Nos Poderes, as oligarquias não negociam entre si por meio de suas bancadas; elas negociam por meio de suas lideranças. Para elas, Lula veio a ser um presidente sem maiores dificuldades para negociar. Caso fosse realmente o líder do PT, não haveria problemas. Mas é a sua oligarquia dirigente que os lidera, a ele e ao partido. Por isso, com sua provável vocação de presidente de parlamentarismo, foi antes representante, e não líder, de sua máquina partidária, e hoje vem a ser representante, e não líder, da máquina governamental. Foi o que Roberto Jefferson descobriu quando tentou obter uma estatal para o seu partido, o PTB. É provável que outros possam ter descoberto também. Todavia, não se manifestaram. Não era bem Lula quem decidia, mas o PT, a sua oligarquia dirigente. Contrariado, Roberto Jefferson denunciou o *mensalão* e partiu para o confronto com José Dirceu. Com a cassação de seus mandatos, o sistema informal, a confederação de oligarquias, os expulsou do Congresso. Para completar, depois de a Presidência ter feito nova distribuição de ministérios, dando um pouco mais para o PMDB, a Câmara dos Deputados processou e cassou alguns dos deputados envolvidos, mas livrou a maioria assim que a fase aguda da crise passou e o sistema se recompôs. Segue agora para novas eleições, para nova distribuição de mandatos, que não deverá alterar o quadro político do país, seja quem for o presidente eleito.

Com efeito, a idéia de Roberto Jefferson parece bem clara: a confederação de oligarquias já está estabelecida e, por meio do Poder Legislativo, consolidou a distribuição de poder, a distribuição de comando civil no país. Tem condições de controlar e de se impor a qualquer presidente. Porém, a autonomia dada por Lula para que a oligarquia dirigente do PT organizasse a máquina governamental fez com que esta agisse como se tivesse o monopólio da distribuição de seus benefícios. Desse modo, mostrou que as eleições diretas para a Presidência podem ser inconvenientes para essa confederação. Um partido de massas, um líder de massas, as massas enfim querendo por elas próprias eleger um presidente que se disponha - não é o caso de Lula -, a desafiar as oligarquias e a concentrar em si e não distribuir os poderes executivos, podem desestabilizar, sabe-se lá com que conseqüências, a ordem da qual comandantes isolados de todo o país se assenhorearam depois de mais de um século de organização promovida pelo comando central. Roberto Jefferson quer que a chefia do Executivo seja eleita diretamente pelas oligarquias dominantes no Poder Legislativo e que as estatais e os poderes executivos - leia-se ministérios -, sejam distribuídos a partir de negociação entre elas. Não vê sentido em que seja mantido um presidente eleito diretamente pelas massas como intermediário dos acordos dessa confederação.

A oligarquia dirigente do PT agiu como se tivesse *tomado o poder*. Confundiu a votação do seu candidato com a do partido. Nem quiseram saber que sem vinculação obrigatória de votos os eleitores brasileiros, individualmente, em eleições casadas, costumam distribuí-los por candidatos de mais de um partido. Estão em considerável minoria os que dão seus votos para candidatos do mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador e presidente. Além disso, os caracteres de eleições proporcionais e eleições majoritárias são completamente diferentes, reforçando as possibilidades de

² Michels Robert, Los Partidos Políticos, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1979.

desvinculação de votos e, em consequência, de desvinculação entre candidatos eleitos para Poderes Executivos e bancadas eleitas para os Poderes Legislativos. O parlamentarismo traria em si possibilidades de acordos corretivos prévios que o presidencialismo teria muitas dificuldades de proporcionar.

Mas seria o caso, como antecipamos, de experiência única na história: a de um federalismo parlamentarista. A princípio, deve-se lembrar do que foi a realidade dos Estados Unidos de 1776 a 1787, sob os Artigos de Confederação. As dificuldades integrativas entre os treze Estados e o que chamaram de *tiranía dos legislativos estaduais* não demoraram a aparecer e os federalistas conseguiram levar as discussões até a carta constitucional de 1787, na qual foram criadas as figuras do presidente e do vice-presidente de modo a consolidarem a integração entre os Estados e a promoverem relações de mútuo controle entre os Poderes. Foi o que o Brasil copiou em 1891 sem que tivesse as dificuldades integrativas dos americanos e as demais razões da sua Constituição. Talvez por isso, hoje, políticos profissionais experientes, líderes de oligarquias, como o ex-deputado Roberto Jefferson, pensem em fazer o caminho inverso, embora não cogitem chegar ao extremo atingido pelos Artigos de Confederação nos Estados Unidos. Querem apenas a tirania prevista por Montesquieu em 1848:

Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não há liberdade, porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas façam leis tirânicas para executá-las tiranicamente... Porque se não houvesse monarca, e se o poder executivo fosse confiado a certo número de pessoas extraídas do corpo legislativo, não haveria mais liberdade, uma vez que os dois poderes estariam unidos, neles tomando parte, algumas vezes ou sempre, as mesmas pessoas³.

Há de se reconhecer que a atual homogeneidade de pensamento, de ideais políticos entre as principais oligarquias favorece essa pretensão. Apesar de estarem distribuídas em vários partidos, não há diferenças significativas entre elas, como se pode ver nos programas e nos apelos que aparecem em épocas de eleição. Daí porque falam sem nenhum problema em *alternância de poder*. Sem dúvida, entre elas próprias, entre as mesmas. E para facilitar esse processo, estão ensaiando uma reforma política na qual haveria uma cláusula de barreira de modo a determinar o tamanho mínimo dos partidos. É a velha história de contrair o círculo do poder. Para justificar, chamam esse projeto de exclusão dos menores partidos de *aperfeiçoamento da democracia*.

Por isso, mesmo que o parlamentarismo não venha a ser adotado, o que por enquanto ainda é o mais provável, não devem os seus adeptos lamentar. A facilidade com que a confederação informal de oligarquias dominou o PT e o presidente Lula não deixa dúvidas. No calor dos acontecimentos em que se envolveu, o ex-deputado Roberto Jefferson disse apenas que o que existe de fato não precisa mais ser representado como presidencialismo. Já estaria na hora de assumirem todos o que realmente praticam, nada mais. Só que isso é o que menos importa às oligarquias. Presidencialismo ou parlamentarismo, para elas tanto faz. Dominado progressivamente por valores individualistas, o eleitorado brasileiro não dá o menor sinal de pretender um candidato à Presidência capaz de desafiar a ordem atual. Se foi assim, do Brasil ao Brasil, que elas, as oligarquias, conquistaram e estabilizaram o sistema de distribuição de comando civil no país, que assim continue.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, M. M. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1981.
- BAILIN, Bernard. *As origens Ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. Paris, H. Garnier Livreiro-Editor, 1905.
- _____. *O Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 6ª edição, 1998.
- DINIZ, Hindemburgo P. *A Monarquia Presidencial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- MADISON, J. HAMILTON, A. JAY, J. *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Os Pensadores, XXXV*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MICHELS, Robert. *Los Partidos Políticos*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1979.
- MONTESQUIEU. *De L'Esprit de Lois*. Paris: Ernest Flammarion Editeur, 1933.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, Brasileira, volume 349, 1973.
- VICTOR, Mário. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

LEGISLAÇÃO

- Constituições do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. S. Paulo: Ed. Saraiva, 33ª edição, atualizada, 2004.

³ Montesquieu, obra citada, pgs 170 e 175.